PARLAMENTO EUROPEU

EDIÇÃO ESPECIAL

DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES

CONSELHO EUROPEU
20 e 21 de Março de 2003
Bruxelas

DISCURSO DO PRESIDENTE PAT COX
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA

02/S-2003

Direcção-Geral da Presidência

PT PT

(Intranet) http://www.europarl.ep.ec/bulletins (Special Edition 2003
(Internet) http://www.europarl.eu.int/bulletins (Special Edition 2003)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Bruxelles

DISCURSO

pronunciado pelo Presidente do Parlamento Europeu,

Sr Pat COX

perante o Conselho Europeu

de 20 de Março de 2003

em Bruxelas

Texto integral do discurso

IRAQUE

A guerra acaba de começar no Iraque e entrámos numa nova e difícil fase que espero seja o mais curta e o menos sangrenta possível.

Cumpre-me afirmar que o Parlamento Europeu sempre preferiu, de forma firme e coerente, encarar a guerra apenas como o último recurso e acreditar na diplomacia multilateral e nas inspecções de armamento sob a égide da ONU, considerando que estas vias não foram completamente esgotadas. Esta continua a ser a opinião de uma maioria dos deputados. Mas, sobre esta questão, o Parlamento foi, numa sessão plenária extraordinária realizada hoje aqui em Bruxelas, uma câmara dividida, tal como o Conselho Europeu é um "Conselho dividido".

Na sessão de hoje do Parlamento, demonstrámos que estamos conscientes da vulnerabilidade dos cidadãos iraquianos inocentes, cuja situação humanitária era já precária antes que os primeiros tiros fossem disparados, e da nossa responsabilidade moral para com os mesmos. De igual modo, reconhecemos no nosso debate que os nossos concidadãos europeus - na sua maioria britânicos - nos serviços militares estão a cumprir o seu dever e que tanto eles como as suas famílias têm de enfrentar o peso da preocupação e de uma especial vulnerabilidade. Permitam-me que afirme, como europeu irlandês, que os nossos pensamentos estão hoje com estes homens e mulheres.

No Parlamento - tal como no Conselho - estamos de acordo quanto aos fins, mas não quanto aos meios para os atingir. O nosso debate parlamentar revelou a maturidade da nossa capacidade para divergir respeitando a boa fé daqueles de quem discordamos - uma prática que vos recomendaria neste Conselho.

Os difíceis dias e semanas que acabámos de viver representaram um revés para o multilateralismo eficaz sob os auspícios das Nações Unidas, um revés para a União Europeia e um revés para as relações transatlânticas. Há aqui muita matéria para reflexão. Há perguntas no ar às quais, contudo, não deve responder apenas um dos lados desta complexa questão. A incapacidade para chegar a acordo é uma responsabilidade que deve ser partilhada e representa um desvio relativamente ao modo europeu de negociar. Não se tratou de um fracasso dos Estados pequenos.

Caberá recordar o que o Tratado espera dos Estados-Membros: *"Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Os Estados-Membros abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais. O Conselho assegura a observância destes princípios"* (n° 2 do artigo 11° TUE). Estas são as palavras do Tratado.

Apesar dos esforços excepcionais desenvolvidos pela Presidência grega, não estivemos à altura desta solidariedade mútua. Não admira que os outros optem por ignorar-nos quando nós optamos por nos ignorar uns aos outros.

Vivemos neste momento as horas sombrias de um desacordo sem precedentes quanto ao modo de avançar. Consternados, perguntamos: "Mas como é que chegámos a isto?" E interrogamo-nos se estamos a ser testemunhas de uma anomalia ou de um mau presságio para o futuro.

Submeto à vossa apreciação este paradoxo: estas são certamente horas sombrias, mas é sobretudo a hora de agir. Uma hora sombria, mas, espero, a hora antes do alvorecer.

O Primeiro-Ministro Blair, no seu discurso de estadista da passada terça-feira, sublinhou que, seja qual for o resultado desta questão, o debate sobre o Iraque será um elemento determinante para a futura configuração do mundo. Nisto, creio que tem razão. Nas próximas semanas e nos próximos meses, a verdadeira tarefa dos líderes da Europa sentados a esta mesa deverá consistir em encontrar um novo compromisso, nascido de uma tensão que - se for aproveitada correctamente - pode ser criativa; uma nova ordem europeia, no âmbito da qual possamos definir o nosso interesse, e nessa base, estabelecer uma nova Política Externa e de Segurança Europeia. Esta é a altura, não de olhar para trás com recriminações, mas de olhar em frente com esperança.

A Europa e os europeus precisam de perspectivas de futuro e é ao Conselho Europeu que compete dá-las.

Juntos, elaborámos um roteiro para o alargamento e estamos perto de concretizar a sua grande ambição. Juntos, insistimos, através do "Quarteto", na publicação de um roteiro para o Médio Oriente. Chegou agora o momento de, juntos, elaborarmos um roteiro que nos guie na nossa redescoberta do que significa realmente ser europeu.

Qual é a nossa agenda europeia comum?

O **primeiro** ponto dessa agenda é o alargamento. Recordo que, na nossa reunião em Copenhaga há doze semanas, partilhámos um sentimento de verdadeira realização, sob a bandeira de "Uma Europa". Não devemos esquecer o "Espírito de Copenhaga". O alargamento constitui o corolário político desta geração de europeus. Não deve haver qualquer hesitação no calendário do alargamento. Não deve haver qualquer divisão da Europa num processo a duas velocidades. Divisão é uma palavra que deve pertencer ao passado da Europa.

O Parlamento Europeu dará o seu parecer favorável ao Tratado de Adesão no período de sessões de Abril, permitindo que a sua assinatura tenha lugar em Atenas, a 16 de Abril.

O **segundo** ponto da agenda é o desafio de apoiar a democracia e o progresso no sudeste da Europa. O infame assassínio de Zoran Djindjic, um democrata empenhado no Estado de direito e numa Europa de valores, recorda-nos, como um inquietante "espectro da Sérvia", o nosso desafio por cumprir nesta região.

O **terceiro** ponto da agenda é o nosso interesse colectivo no multilateralismo eficaz sob a égide das Nações Unidas. Precisamos de aspirar a algo mais do que o *cliché*: "Os EUA lutam, a ONU alimenta e a UE financia". A Europa tem uma experiência válida no domínio da paz sustentável. Sabemos que o *hardware* tecnológico para vencer guerras está muito mais desenvolvido do que o *software* para ganhar a paz. Retirámos este ensinamento das experiências do Afeganistão, da Bósnia Herzegovina, do Kosovo e de outros locais. Tanto os que apoiam esta guerra como os que se lhe opõem confrontam-se hoje com uma necessidade de acção comum no tocante ao próprio Iraque e aos países vizinhos - a necessidade de um reforço do auxílio humanitário, durante e após o conflito, e o auxílio à reconstrução económica e política num Iraque do pós-guerra, se for conduzido pelas Nações Unidas.

O **quarto** desafio é a qualidade das relações transatlânticas. No que respeita a este ponto, não encontraria melhores palavras do que as proferidas pelo Comissário Patten na sessão plenária desta manhã: "Temos mais probabilidades de alcançar os objectivos que pretendemos como europeus se trabalharmos em conjunto com os Estados Unidos. De igual modo, a América tem mais probabilidades de alcançar os objectivos que pretende se trabalhar em conjunto com a União Europeia, e… é indiscutível que o mundo fica mais bem servido em termos de prosperidade, de segurança, de estabilidade, quando a América e a União Europeia trabalham em conjunto." É do nosso interesse comum assegurar que os Estados Unidos permaneçam empenhados e ligados à Europa e não enveredem isoladamente por uma via determinada apenas pelo seu próprio interesse.

O **quinto** domínio desta caminhada no domínio da Política Externa é a nossa abordagem comum relativamente ao Médio Oriente. A publicação iminente do roteiro do "Quarteto" é bem-vinda, mas peca por tardia. É essencial promover e desenvolver uma perspectiva para a paz e a coexistência no Médio Oriente, e, de uma forma mais ampla, para a qualidade das nossas relações com os estados árabes.

Em poucas palavras, a mensagem clara que os líderes europeus precisam de dar é que estamos determinados a arrumar a nossa casa e, nos próximos meses, a criar uma maior coerência e uma maior presença da Europa na cena internacional.

Permitam-me que vos recorde as minhas palavras no Conselho Europeu Extraordinário de Fevereiro: "Se do debate actual pudermos retirar algum ensinamento, esse será o da existência de uma manifesta separação entre as nossas aspirações e a nossa capacidade de agir. Neste momento em que estamos a debater o futuro de Europa, temos de ter consciência de que as constituições e instituições serão apenas recipientes vazios se não forem animadas por uma visão e uma vontade política determinadas. É este o desafio."

A AGENDA DE LISBOA

Os europeus estão justificadamente preocupados com os efeitos da guerra na sua vida quotidiana. Precisamos, por conseguinte, de pensar seriamente nas prováveis consequências económicas do conflito, não só para o Iraque, mas para as economias europeia e global. Mais do que nunca, esta cimeira, mesmo que parcialmente eclipsada pela questão iraquiana, tem um trabalho vital a fazer no domínio da reforma económica.

Chegou o momento de deixar de "passar a bola" entre os governos e as instituições europeias e de passar decisivamente da retórica à reforma prática.

A agenda de Lisboa revela também a distância existente entre as aspirações e as realizações. O relatório de síntese da Comissão indica claramente que, se não forem envidados mais esforços, a UE ficará muito aquém do cumprimento dos seus objectivos, especialmente no domínio do emprego. A razão principal para tal reside no facto de os Estados-Membros não terem conseguido assegurar a implementação e aplicação efectivas das políticas acordadas. A crescente disparidade na implementação está a asfixiar o crescimento e a privar os cidadãos europeus de novos empregos.

A ausência de uma reforma corre também o risco de minar o papel e a credibilidade das instituições europeias para provocar a mudança. A fixação de objectivos comuns para as políticas a nível da UE, com referências e prazos claros, pode imprimir uma poderosa dinâmica e dar um impulso à reforma. Mas a *conversa* sobre indicadores estruturais e referências não deve substituir a verdadeira acção e a reforma. Na verdade, a retórica sobre a reforma não está a ser acompanhada por medidas correspondentes.

Há algumas semanas, industriais europeus alertaram para o facto de as suas empresas virem a deslocar a investigação e o investimento para fora da União Europeia se o clima empresarial não melhorasse. Tratou-se de uma chamada de atenção do mundo real. Outro aviso veio, no início deste ano, de um estudo apresentado no Fórum Económico Mundial, no qual se demonstrava que a UE não está a aproximar-se das suas metas. Em sete dos oito critérios definidos em Lisboa, estamos atrás dos EUA e de outros países da OCDE.

Contudo, nos domínios em que empreendemos reformas, estas produziram resultados encorajadores. Podemos, por exemplo, assinalar que os países com o mais elevado grau de implementação das recomendações da Lisboa são igualmente os que registaram a maior diminuição do desemprego e um crescimento acima da média. Do ponto de vista político, não estamos perante uma questão de centro-esquerda nem de centro-direita: trata-se da nossa experiência prática europeia.

A Europa tem de apostar no crescimento. A nossa capacidade de financiar os sistemas de saúde, a educação, as pensões futuras e, de outras formas, de satisfazer as necessidades e as expectativas dos cidadãos dependerá dos futuros níveis de rendimento económico.

Se não apostarmos no crescimento, estaremos a fazer perigar a situação financeira das gerações actuais e futuras. Tal como indicou a Comissão, enfrentamos um aumento da despesa pública entre os 4% e os 8% do PIB só devido aos efeitos do envelhecimento da população!

A próxima mensagem do Parlamento que quero transmitir-vos prende-se com a grande importância de boas finanças públicas. Tendemos a esquecer as salutares lições do passado quando os défices e a dívida contribuíram para minar a estabilidade macroeconómica e impuseram custos enormes em termos de rendimento perdido e de elevada taxa de desemprego.

No entender do Parlamento, investir nas pessoas e tornar realidade conceitos como a "aprendizagem ao longo da vida" não é importante apenas do ponto de vista económico. Contribui para o desenvolvimento pessoal e aumenta a capacidade de fazer face a um mundo em mudança de um modo positivo.

Além disso, temos de investir muito mais em I&D. O PE apoia plenamente o objectivo de 3% fixado em Barcelona. Os investimentos privados deveriam ser contabilizados, mas convém não esquecer que um terço da despesa exigida deve vir de investimentos públicos. Isto é crucial para o desenvolvimento de uma economia mais orientada pela investigação. Um Espaço Europeu de Investigação e Inovação que abrange 25 países comporta amplas possibilidades de crescimento baseado no conhecimento.

O Presidente Prodi ter-vos-á enviado uma carta propondo, *inter alia,* um calendário até ao próximo Conselho da Primavera para as reformas-chave de Lisboa pendentes: os caminhos-de-ferro, os mercados da energia, um Céu Único Europeu, os mercados financeiros, os mercados de contratos públicos, a sociedade da informação, o trabalho temporário, uma regulamentação transfronteiriça em matéria de segurança social, os combustíveis biológicos, a tributação da energia, a responsabilidade pelos danos causados ao ambiente e as alterações climáticas.

No Parlamento, estamos inteiramente preparados para desempenhar o nosso papel nesta agenda da reforma.

Para que a reforma económica seja coroada de êxito é necessário que existam uma acção nacional e um quadro europeu. O Parlamento está atento, dando o seu contributo legislativo. O Conselho ainda tem muito trabalho para fazer. A nossa prestação qualitativa no que se refere ao programa legislativo é muito boa. Deu um impulso ao processo de reforma. Pedimos ao Conselho que esteja à altura.

Agora há que actuar com rapidez para concluir o Acordo Interinstitucional sobre uma melhor legislação. Esperamos que os Ministros recebam um claro mandato para chegarem a um acordo que inclua os principais elementos do nosso trabalho enquanto legisladores em tempo útil para o Conselho Europeu de Salonica. A legislação da União Europeia deve constituir um estímulo e não um entrave à reforma económica.

No que respeita tanto ao Iraque como à política externa, à reforma económica e à agenda de Lisboa, a mensagem-chave que vos transmito do Parlamento esta noite é que há que envidar esforços decididos para colmatar a lacuna entre o que prometemos, o que esperamos e o que realmente oferecemos.

****